

Maratona Fiscal ISS – Direito civil e comercial

1. O menor com dezesseis anos, titular de estabelecimento empresarial mantido com economia própria,

- (A) poderá ser empresário se for emancipado.
- (B) poderá ser empresário se obtiver autorização judicial.
- (C) poderá ser empresário se constituir pessoa jurídica para administrar o estabelecimento.
- (D) é empresário.
- (E) não poderá ser empresário.

2. Uma sociedade limitada, com dois sócios, teve seus atos constitutivos assinados, mas não arquivados no órgão competente. Não obstante a falta de arquivamento, iniciou-se a operação empresarial. De acordo com o contrato social, os sócios podiam praticar isoladamente quaisquer atos compreendidos no objeto da sociedade. Na eventualidade de a sociedade contrair dívidas de natureza civil, o respectivo credor poderá satisfazer-se com os bens

- (A) sociais, apenas.
- (B) pessoais de quaisquer dos sócios, mas não poderá penhorar bens sociais.
- (C) pessoais de quaisquer dos sócios, independentemente da existência de bens sociais suficientes para liquidar a dívida.
- (D) sociais ou, subsidiariamente, de quaisquer dos sócios.
- (E) sociais ou do sócio que se obrigou pela sociedade, indistintamente.

3. Por meio de determinado contrato, João transferiu a Antônio a propriedade de um bem imóvel. Em contrapartida, Antônio se compromete a pagar a Pedro a quantia de R\$ 1.000,00 (mil reais) mensais, em caráter vitalício, a partir da transmissão da propriedade. Este negócio jurídico é tipificado como

- (A) compromisso de compra e venda.
- (B) locação.
- (C) constituição de renda.
- (D) mandato.
- (E) permuta.

4. O estabelecimento é definido como o “complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária”. A partir dessa definição, extrai-se que a natureza jurídica do estabelecimento é a de

- (A) universalidade de fato, entendida como conjunto de bens pertencentes à mesma pessoa, com destinação unitária.
- (B) universalidade de direito, entendida como o complexo de relações jurídicas de uma pessoa, dotadas de valor econômico.
- (C) bem coletivo, entendido como o conjunto de bens singulares no qual são mantidas as características individuais destes.
- (D) bem indivisível, entendido como aquele que se pode fracionar sem alteração na sua substância ou diminuição considerável de valor.
- (E) pertença, entendido como bem que se destina, de modo duradouro, ao uso, serviço ou aformoseamento de outro.

5. Caio vendeu a Tício imóvel de sua propriedade, pelo preço de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Durante as negociações, Caio mencionou que o imóvel tinha área de 1.000 m² (mil metros quadrados). Todavia, ao ingressar na posse, Tício constatou que a área, na realidade, era de 900 m² (novecentos metros quadrados). Neste caso, Tício

- (A) não terá direito à restituição proporcional do preço, em nenhuma hipótese.
- (B) terá direito à restituição proporcional do preço, se a venda houver sido estipulada *ad mensuram*.
- (C) terá direito à restituição proporcional do preço, se a venda houver sido estipulada *ad corpus*.
- (D) teria direito à restituição proporcional do preço, se a diferença não fosse superior a 1/20 (um vigésimo) da área declarada.
- (E) terá direito à restituição proporcional do preço, em qualquer hipótese.

6. Na lacuna da lei, o juiz

- (A) decidirá com base na analogia, nos costumes e nos princípios gerais de direito.
- (B) decidirá com base na equidade e na jurisprudência.
- (C) decidirá o caso apenas se houver precedentes judiciais vinculantes dos tribunais superiores.
- (D) arbitrará a solução que lhe parecer mais justa, de forma motivada.
- (E) poderá escusar-se de proferir decisão.

7. De acordo com o regime da participação final nos aqüestos,

- (A) os bens adquiridos a título oneroso por qualquer dos cônjuges na constância do casamento são considerados de propriedade comum do casal.
- (B) a alienação de participações societárias de propriedade exclusiva de um dos cônjuges depende da autorização do outro.
- (C) os cônjuges deverão proceder à equalização dos bens adquiridos a título oneroso na constância do casamento, no caso de divórcio.
- (D) os bens adquiridos a título gratuito por qualquer dos cônjuges, ainda que anteriormente ao casamento, são considerados de propriedade comum do casal.
- (E) cada cônjuge deverá transferir ao outro a metade ideal dos bens adquiridos durante a constância do casamento, no caso de divórcio.

8. NÃO é nulo o ato jurídico

- (A) simulado.
- (B) praticado sem observância da forma legal.
- (C) praticado por absolutamente incapaz.
- (D) praticado com reserva mental, desconhecida da outra parte.
- (E) sujeito à condição suspensiva impossível.

9. José deve a Tomás a quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Tomás, contudo, não tomou medidas necessárias para a cobrança, o que ensejou o transcurso do prazo prescricional. Posteriormente, Tomás dirige notificação a José, solicitando o pagamento, e José lhe responde

afirmando que pagará a dívida em 3 meses, assim que conseguir recursos. Se José não pagar a dívida nesse prazo, Tomás

- (A) não pode cobrar a dívida, porque os prazos prescricionais não podem ser alterados por vontade das partes.
- (B) pode cobrar a dívida, pois José renunciou à prescrição.
- (C) não pode cobrar a dívida, pois não se admite renúncia tácita à prescrição.
- (D) não pode cobrar a dívida, porque os prazos prescricionais não podem ser interrompidos.
- (E) não pode cobrar a dívida, porque a prescrição consumada é definitiva.

10. A decretação da falência de empresário individual

- (A) opera a extinção das garantias reais constituídas em favor de credores comerciais.
- (B) é providência impossível, porque a falência é instituto aplicável apenas às pessoas jurídicas.
- (C) retira-lhe a administração de seus bens pessoais vinculados ao exercício da empresa.
- (D) tem requisitos diferentes daqueles aplicáveis às sociedades empresárias.
- (E) extingue automaticamente todos os contratos de que for parte.

11. A recusa ao aceite de uma duplicata de prestação de serviços

- (A) permite ao sacador que a proteste por falta de aceite, como condição para cobrança do respectivo valor face ao endossatário.
- (B) impede que o título circule por meio de endosso, tendo em vista a imperfeição da relação jurídica cambiária.
- (C) dá ao sacador o direito de reputá-la vencida antecipadamente e proceder a sua cobrança judicial, desde que precedida do protesto por falta de pagamento.
- (D) independe de maior formalidade quanto ao prazo e à forma de sua efetivação.
- (E) poderá ser efetuada se os serviços houverem sido prestados de forma comprovadamente viciada.

12. NÃO enseja a aquisição de propriedade de bem imóvel particular por usucapião, a posse contínua, ininterrupta e sem oposição, de

- (A) qualquer bem imóvel, por 10 (dez) anos, com justo título e boa-fé.
- (B) qualquer bem imóvel, por 10 (dez) anos, independentemente de justo título e boa-fé.
- (C) imóvel residencial do possuidor, por 10 (dez) anos, independentemente de justo título e boa-fé.
- (D) imóvel urbano com até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) e que seja o único imóvel do possuidor, destinado a sua residência, por 5 (cinco) anos, independentemente de justo título e boa-fé.
- (E) imóvel rural com até 50ha (cinquenta hectares) e que seja o único imóvel do possuidor, destinado a sua residência e subsistência, por 5 (cinco) anos, independentemente de justo título e boa-fé.

13. O proprietário de um imóvel que planta árvores em seu terreno se tornará proprietário destas por

- (A) acessão.
- (B) aluvião.

- (C) avulsão.
- (D) especificação.
- (E) ocupação.

14. A notificação do devedor inadimplente é providência indispensável para constituí-lo em mora quando

- (A) o credor pretender extinguir a dívida por compensação.
- (B) a obrigação for positiva e líquida e não houver sido cumprida em seu termo.
- (C) se tratar de obrigação proveniente de ato ilícito.
- (D) não houver termo para cumprimento da obrigação.
- (E) a obrigação for negativa.

15. Desejando guardar móveis e eletrodomésticos inservíveis, Cláudio contrata a empresa denominada “Armazéns Gerais Ltda.”, pelo prazo certo de 12 (doze) meses. Passado esse período, resolve retirar os bens, mas foi impedido de fazê-lo pela empresa porque não havia pago a retribuição devida, relativa aos últimos dois meses. Além disso, um dos bens armazenados continha substâncias tóxicas que vazaram e contaminaram bens de outros proprietários, que foram indenizados pela empresa depositária. Nesse caso, a retenção dos bens de Cláudio é providência

- (A) lícita, para garantia do pagamento da retribuição e para o ressarcimento dos danos causados.
- (B) lícita apenas para garantia do pagamento da retribuição, mas não para o ressarcimento dos danos causados.
- (C) lícita apenas para o ressarcimento dos danos causados, mas não para o pagamento da retribuição.
- (D) ilícita, tendo Cláudio direito à restituição dos bens por suas próprias forças.
- (E) ilícita, tendo Cláudio direito à indenização correspondente ao valor dos bens depositados.

16. É direito do usufrutuário

- (A) alienar o usufruto, a título gratuito ou oneroso.
- (B) a disposição *causa mortis* do usufruto, por testamento.
- (C) requerer, do nu-proprietário, a consolidação da propriedade em suas mãos a qualquer tempo.
- (D) exonerar-se do pagamento de quaisquer despesas incidentes sobre o bem.
- (E) a percepção de alugueres incidentes durante o usufruto.

17. Determinado município celebra contrato de locação, na qualidade de locatário, de imóvel urbano destinado à instalação de posto de saúde. No decorrer da execução do contrato, constatam-se diversas falhas estruturais nos alicerces do imóvel, que impedem a sua utilização. Neste caso, o

- (A) proprietário deverá efetuar a reparação, porque responde pela evicção.
- (B) Município poderá efetuar a reparação por conta própria, ressarcindo-se posteriormente perante o proprietário.
- (C) proprietário poderá efetuar a reparação por conta própria, ressarcindo-se posteriormente perante o Município.

(D) dever de reparar o imóvel depende de expressa previsão contratual, atribuindo-o a uma das partes.

(E) dever de reparar o imóvel depende de haver sido expressamente previsto, como condição da licitação destinada à locação do imóvel.

18. No direito brasileiro, são regidas pelas regras da responsabilidade civil objetiva as obrigações por atos ilícitos decorrentes de

(A) acidentes de trânsito e acidentes de trabalho.

(B) atos praticados por profissionais liberais e relações de consumo.

(C) danos ao meio ambiente e relações de consumo.

(D) atos praticados por profissionais liberais e por pessoas jurídicas de direito público.

(E) contratos de transporte e de mandato.

19. As condições para a desconsideração da personalidade jurídica, tais como regidas pelo Código Civil e pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078/90), são

(A) idênticas.

(B) distintas, porque pelo Código Civil é necessária a prova do excesso de poder por parte do sócio, ao passo que pelo Código de Defesa do Consumidor é necessária a prova da fraude contra o consumidor.

(C) distintas, porque além das condições já previstas pelo Código Civil, o Código de Defesa do Consumidor exige, adicionalmente, a comprovação da violação dos estatutos ou do contrato social em detrimento do consumidor.

(D) distintas, porque o Código Civil permite a desconsideração apenas em casos de desvio de finalidade ou confusão patrimonial, ao passo que o Código de Defesa do Consumidor traz hipóteses mais amplas.

(E) distintas apenas no campo de sua aplicação, pois o Código de Defesa do Consumidor restringe-se às relações de consumo, sendo nos demais aspectos idênticas.

20. A sociedade personificada, própria de atividades empresariais e em que todos os sócios são solidariamente e ilimitadamente responsáveis pelas dívidas sociais é denominada sociedade

(A) de capital e indústria.

(B) simples.

(C) em comandita simples.

(D) em comum.

(E) em nome coletivo.

GABARITO

1- D

2- E

3- C

4- A

5- B

6- A

7- C

8- D

9- B
10- C
11- E
12- B
13- A
14- D
15- A
16- E
17- B
18- C
19- D
20- E